



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA**  
**ESTADO DA BAHIA**

**Projeto de Lei nº 012 de 23 de outubro de 2020.**

Dispõe sobre a utilização dos recursos de precatórios oriundos de demanda judicial que tenha tido como objeto a cobrança de repasses referentes à complementação da União aos Estados e aos Municípios por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

**O PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação e votação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Os recursos provenientes dos precatórios tombados sob o nº 0233672-37.2019.4.01.9198 (Processo originário nº 0030031-27.2003.4.01.3300 – Justiça Federal), oriundos de demanda judicial que tenha tido como objeto a cobrança de repasses referentes a complementação da União aos Estados e aos Municípios por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), serão utilizados integralmente para investimentos em eixos voltados para a qualificação profissional, tecnologia e infraestrutura de todo o sistema de educação básica no município de Glória.

**Parágrafo único.** Os recursos de que trata o *caput* deste artigo deverão obedecer à destinação originária, inclusive para fins de garantir 60% (sessenta por cento) do seu montante para a valorização dos profissionais do magistério, na forma de abono e/ou indenização, sem que haja incorporação à remuneração dos referidos servidores.

**Art. 2º** Em relação ao percentual de 60% (sessenta por cento) do montante proveniente do Precatório nº 0233672-37.2019.4.01.9198 (Processo originário nº 0030031-27.2003.4.01.3300), somente terão direito ao rateio, mediante Homologação Judicial nos autos do Processo nº 80002074-84.2020.8.05.0191, na forma de abono e/ou indenização, os profissionais do magistério efetivos, em decorrência da aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, que se encontravam em efetivo exercício no período compreendido entre 1º de janeiro de 1998 e 31 de dezembro de 2006.

**§ 1º** Mediante autorização expressa dos profissionais do magistério, obtida por meio de assembleia nos moldes estatutários do sindicato representativo da categoria, ainda que anterior à publicação dessa lei, antes da homologação judicial, poderão ser contemplados os demais servidores de apoio e administrativo da educação efetivos, observada a seguinte proporção:

I - 90% (noventa por cento) será destinado aos profissionais do magistério; e

II - 10% (dez por cento) será destinado aos demais servidores de apoio e administrativo da educação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA**  
**ESTADO DA BAHIA**

§ 2º Em caso de falecimento de profissional do magistério ou demais servidor de apoio e administrativo da educação alcançado pelo *caput* e pelo § 1º deste artigo 2º, transmite-se o direito aos herdeiros.

§ 3º O rateio será *proporcional ao tempo de serviço, em conformidade com a carga horária constante no edital do concurso público.*

§ 4º Os profissionais do magistério e demais servidores de apoio e administrativo da educação que se enquadram nos requisitos estabelecidos pelo *caput* e pelo § 1º deste artigo 2º e que, durante o período especificado no *caput* deste artigo 2º, estiveram em gozo de auxílio doença, licença maternidade, licença paternidade ou qualquer outra licença com vencimento participarão do rateio como se efetivamente trabalhando estivessem.

§ 5º Os profissionais do magistério e demais servidores de apoio e administrativo da educação que se enquadram nos requisitos estabelecidos pelo *caput* e pelo § 1º deste artigo 2º e que, durante o período especificado no *caput* deste artigo 2º, estiveram em gozo de licença sem vencimentos receberão de forma proporcional ao tempo em que efetivamente estiveram exercendo suas funções, não fazendo jus ao rateio durante o período em que não estavam em efetivo exercício.

§ 6º Os profissionais do magistério e demais servidores de apoio e administrativo da educação que se enquadram nos requisitos estabelecidos pelo *caput* e pelo § 1º deste artigo 2º e que foram voluntariamente desligados durante o período especificado no *caput* deste artigo 2º, *participarão do rateio proporcionalmente ao tempo efetivamente trabalhado.*

§ 7º Os profissionais do magistério e demais servidores de apoio e administrativo da educação que se enquadram nos requisitos estabelecidos pelo *caput* e pelo § 1º deste artigo 2º e que, no lapso temporal especificado no *caput* deste artigo 2º, estiveram a serviço de outro órgão, em virtude de cooperação técnica ou permuta, participarão do rateio, em relação a este período, como se no órgão de origem estivessem, desde que tenham exercido a mesma função ou função referente à área de educação.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA,  
Em 23 de outubro de 2020.

**David de Souza Cavalcanti**  
Prefeito Municipal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA  
ESTADO DA BAHIA**

**JUSTIFICATIVA**

Em virtude dos recursos decorrentes do Precatório nº 0233672-37.2019.4.01.9198 (Processo originário nº 0030031-27.2003.4.01.3300), oriundos de demanda judicial que teve como objeto a cobrança de repasses referentes à complementação da União ao Município de Glória por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), faz-se necessária a apresentação de Projeto de Lei para garantir que tais recursos deverão obedecer à sua destinação originária, inclusive para fins de garantir 60% (sessenta por cento) do seu montante para a valorização de todos os profissionais da educação através de rateio, na forma de abono e/ou indenização, sem que haja incorporação à remuneração dos referidos servidores.

Ademais, é necessário, também, estabelecer critérios claros e detalhados acerca do rateio dos citados recursos, para que sejam determinados os profissionais que têm direito ao recebimento de abono e/ou indenização.

Por essas razões, apresenta-se este Projeto de Lei.

Na oportunidade, renovamos protestos de estima e consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA,  
Em 23 de outubro de 2020.

**David de Souza Cavalcanti**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**PAULO GOMES**  
Presidente da Câmara Municipal de Glória  
Glória/Bahia



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA  
ESTADO DA BAHIA**

**REQUERIMENTO**

Requer urgência para a apreciação do  
Projeto de Lei nº 012 de 23/10/2020.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 012, que dispõe sobre a utilização dos recursos de precatórios oriundos de demanda judicial que tenha tido como objeto a cobrança de repasses referentes à complementação da União aos Estados e aos Municípios por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

**JUSTIFICATIVA**

O referido projeto de lei faz-se necessário para garantir que os recursos decorrentes do Precatório nº 0233672-37.2019.4.01.9198 (Processo originário nº 0030031-27.2003.4.01.3300), oriundos de demanda judicial que teve como objeto a cobrança de repasses referentes à complementação da União ao Município de Glória por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), deverão obedecer à sua destinação originária, inclusive para fins de garantir 60% (sessenta por cento) do seu montante para a valorização de todos os profissionais da educação através de rateio, na forma de abono e/ou indenização, sem que haja incorporação à remuneração dos referidos servidores.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA,  
Em 23 de outubro de 2020.

**David de Souza Cavalcanti**  
Prefeito Municipal